

# Arinos revê lista das 4.297 emendas recusadas

PFL não aceita desclassificação das propostas consideradas "de mérito" por equipe do PMDB



Cabral e Arinos em mais uma da série interminável de reuniões com os relatores adjuntos da Comissão de Sistematização

## Mulheres acham que machismo não acaba com Carta

Ninguém se iluda. A nova Constituição não vai acabar com o machismo. Mas três mulheres que estão à frente da luta pela igualdade entre os sexos põem fé no resultado dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Marina Colassanti, escritora e jornalista, Cristina Duarte, diretora de redação da revista Cláudia, e Moema São Thiago, deputada constituinte, apostam nas conquistas, apesar de acharem que muitas questões importantes acabarão ficando de fora da nova Constituição. O aborto, por exemplo.

A escritora Marina Colassanti acha, entretanto, que a questão do aborto deve ser objeto de legislação ordinária. Por enquanto, ela considera importante garantir a igualdade de direitos entre homens e mulheres, que tem que ser assimilada não só na legislação, mas no cotidiano. Marina acha que o País está precisando de mais solidez democrática e diz que preferiria estar comemorando, como os americanos, o bicentário de sua Constituição.

Cristina Duarte acha necessário mudar não apenas as leis, mas a mentalidade dos brasileiros. Ela acredita

## Aureliano quer Carta duradoura

Rio — O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, afirmou ontem, no Rio estar convicto de que "um texto constitucional não pode refletir no seu conteúdo, o pensamento unilateral de maiorias ocasionais, porque desta forma é uma Constituição fadada a durar pouco".

Aureliano Chaves considera que o texto constitucional brasileiro, em elaboração, é *suis generis*, porque brotou dos próprios constituintes, sem se basear em um modelo, como ocorre normalmente. "Raciocinando em cima de um modelo, a discussão é mais fácil e racional", observou. Além disso, acha que o modelo brasileiro sofre muitas críticas, por apresentar um número muito grande de artigos e entrar demais na especificidade dos problemas.

## Empresário diz que é "entulho"

João Pessoa — O presidente do Clube de Diretores Lojistas do Recife, Wilson Callado, ao proferir palestra na sede do CDL de João Pessoa, anteontem à noite, classificou o anteprojeto da nova Constituição como "um verdadeiro entulho".

Segundo Wilson Callado, ele tem diversas "imperfeições" e, se for aprovado, causará sérios prejuízos às classes empresariais em todo o País, principalmente aos lojistas.

Salientou que o anteprojeto, que vem sendo criticado de "uma maneira tremenda" de Norte a Sul, apresenta, entre as várias imperfeições, "as 40 horas de trabalho semanal".

## Deputado defende texto de Cabral

Em discurso proferido no plenário da Constituinte, o deputado José Fernandes (PDT-AM) defendeu o trabalho que foi e vem sendo realizado pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).

José Fernandes disse que "o relator fez o que deveria ter feito e nós, os constituintes, agora, é que devemos negociar, sem posicionamentos radicais".

## Ex-governador pede enxugamento

Recife — "Se esse anteprojeto for aprovado como está, eu não tenho dúvida de que a futura Constituição será mais efêmera do que a de 1946" — declarou ontem o ex-governador Roberto Magalhães, ao defender um "enxugamento" do texto-base elaborado pelas comissões temáticas da Constituinte, para dar unidade ao documento e simplificar todos os artigos que não digam respeito à matéria constitucional.

## Magalhães passou o final de semana debruçado sobre o anteprojeto porque é um dos juristas designados pela cúpula nacional do PFL para fazer sugestões ao texto-base do documento. Os outros juristas foram Dercio Munhoz (PR), Manoel Gonçalves Ferreira Filho (SP) e Josafá Marinho (BA). Os quatro já elaboraram uma série de sugestões para entregar à direção nacional do PFL e em princípio chegaram à conclusão de que para enxugar o texto, deixando-o com cerca de 200 artigos, só mesmo através de um substitutivo.

## Magalhães dá razão ao relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, pelo fato de ele não ter concordado em alterar o conteúdo dos relatórios das oito comissões temáticas.

## Richa considera interessante a rejeição global

A ideia de derrubar integralmente, no plenário da Comissão de Sistematização, o anteprojeto vindo das Comissões Temáticas, para que o relator Bernardo Cabral elabore um novo substitutivo, é interessante, mas esbarra na proibição regimental, segundo o senador José Richa (PMDB-PR).

Richa vê afinidades entre esta alternativa e sua proposta de suspender os trabalhos da Constituinte: ambas "acabam com esta fase inútil da Constituinte, chamada de adequação".

"Se todos dizem que este projeto não tem pé nem cabeça, adequar para quê? Devíamos eliminar essa fase, espichar o prazo do relator e permitir as emendas de mérito", disse.

O senador acha que a hipótese de derrubar o anteprojeto tem um grande obstáculo, a proibição de apre-

## Sistematização vota projetos de decisão

Os 93 membros da Comissão de Sistematização foram convocados para uma sessão extraordinária marcada para as 19 horas de hoje, quando deverão ser votados dois projetos de decisão. O projeto do deputado Paulo Ramos (PMDB/RJ), que veda sob qualquer fórmula a conversão da dívida externa brasileira em capital de risco, e do senador Iram Saraiva (PMDB/GO), torna obrigatória a transmissão das votações que se realizarem nominalmente na Constituinte, em cadeia de rádio e televisão.

Há mais de um mês coletando as assinaturas para apresentação do projeto, o deputado Paulo Ramos considera que a dívida externa é o principal determinante de dependência do Brasil, afetando e impedindo a afirmação de sua soberania. De acordo com o regimento da Constituinte, os projetos de decisão só são cabíveis para sobrestar medidas que ameacem as decisões soberanas da Constituinte.

Neste caso o meu projeto se enquadra perfeitamente, pois a dívida pode inviabilizar na prática todas as decisões de cunho social que venham a figurar na futura Constituição — justificou Paulo Ramos.

Até hoje a Comissão de Sistematização já apreciou cerca de cinco projetos de decisão, arquivando a todos por considerar que eram matérias não pertinentes à Comissão, entre eles o de autoria do deputado Hermes Zanetti (PMDB/RS), que previa a criação de uma auditoria para a dívida externa.

## Deputados cobram de Ulysses informações

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, recebeu duas cobranças, dos deputados Plínio Sampaio (PT/SP) e Victor Faccioni (PDS/RS), de resposta a requerimentos encaminhados à Mesa Diretora. O deputado petista quis saber de Ulysses quando ele pode responder à viabilidade de aplicação do calendário para o debate do projeto de Constituição no Plenário da Assembleia, encaminhado à Mesa em meados de junho. O orador gaúcho questionou quanto às respostas, por escrito, que o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, ficou de enviar ao presidente da Câmara.

Ulysses afirmou que até hoje dará uma resposta a Plínio Sampaio, quanto à utilização do calendário que dará conhecimento antecipado dos temas a serem debatidos e concentrará a discussão de cada matéria em um único dia. Faccioni ficou sem resposta.

## Newton é contra o parlamentarismo

Belo Horizonte — "A proposta da Constituinte apresentada até agora deixa muito a desejar. Realmente é muito fraca, muito confusa.

O presidencialismo por exemplo é o sistema de governo que a sociedade realmente quer, pois já o conhece bastante. Não adianta meia dúzia de parlamentares proporem o parlamentarismo, isso não tem sentido".

A afirmação é do governador de Minas, Newton

O presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, recebeu ontem do relator Bernardo Cabral a listagem com as emendas já classificadas — 1.327 de adequação e 4.297 de mérito — para que uma outra equipe de assessores, encabeçada pela deputada Sandra Cavalcanti (PFL/RJ), revisse a análise inicial do Prodases. De acordo com um dos assessores de Arinos, ele pode encaminhar ao relator um pacote de mais de 1 mil emendas de adequação, além das 1.327 classificadas anteriormente. Neste caso, mesmo que o deputado Bernardo Cabral não as aceite com parecer favorável, poderão ser objeto de destaque na votação em plenário da Sistematização.

Irritado com a interferência da deputada Sandra Cavalcanti no trabalho dos relatores, o líder do PMDB e um dos relatores adjuntos, Fernando Henrique Cardoso, voltou a afirmar ontem que o trabalho feito pela equipe de mais de 40 assessores no Prodases, não foi de má-fé. Ele disse até que a deputada do PFL está obrigando o presidente Afonso Arinos a fazer um papel

ridículo, pois ele já havia concordado que, nesta fase, a Comissão de Sistematização não apreciaria qualquer matéria de mérito.

"Não adianta que eles não vão mudar o projeto na marra agora. Estão querendo enfiar aí o mandato do presidente, mas têm que entender que são minoria. Isso é coisa da Sandra" — observou o senador peemedebista, revelando que no acordo fechado com todos os líderes, inclusive Carlos Sant'Anna do governo, existe a possibilidade apenas de que as emendas de mérito sejam remetidas ao plenário, se isso for o desejo de seus autores.

Acompanhando o presidente Afonso Arinos ao Prodases, onde está baseado o relator Bernardo Cabral, a deputada Sandra Cavalcanti argumentou que "é difícil aceitar a expressão mérito, pois os seus critérios de classificação são muito subjetivos". O que ela quer é que o projeto seja modificado desde já, na Sistematização, para corrigir os defeitos que possui, adiando o trabalho dos constituintes.

A deputada diz que isso evitaria que fizessem parte do texto propostas consideradas ridículas,

## "Progressistas" tentam um acordo

Após várias horas de reunião, progressistas do PMDB e do PFL chegaram ontem à conclusão de que é preciso encontrar uma solução de consenso para itens extremamente polêmicos, como reforma agrária, anistia e conceito de empresa, a fim de impedir que a futura Constituição seja resultante do confronto dos radicais.

Os progressistas decidiram lutar por uma Constituição de princípios, evitando-se o detalhismo. Há a convicção de que o anteprojeto apresentado pelo deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) é inadequado porque a Constituição tem de ser concisa.

Participaram do encontro 17 parlamentares, todos considerados progressistas em seus partidos. Entre as conclusões do encontro de ontem, realizado no apar-

tamento do deputado Saulo Queiroz (MS), secretário-geral do PFL, está a de exclusão dos temas de caráter particular, como, por exemplo, sistema de Governo e mandato do Presidente. Verificou-se, desde o início, que assuntos como estes dificultariam o entendimento e, por isso, foram excluídos.

Outros, porém, mesmo sendo polêmicos, têm de ser debatidos em busca de uma solução de consenso que sensibilize a própria Assembleia Nacional Constituinte. Foram selecionados 18 temas, como por exemplo, reforma agrária, limites da anistia, conceito de empresa nacional, em torno dos quais têm havido os debates mais áspers. No próximo encontro, previsto para terça-feira vinda, esses assuntos serão debatidos a partir de suges-

ções que serão encaminhadas por integrantes do grupo.

Uma das propostas que mais sensibilizou os progressistas foi a apresentada pelo deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), um dos relatores adjuntos de Bernardo Cabral, de que certos temas sejam tratados em lei complementar que somente poderiam ser aprovados e modificados com quorum especial.

Estavam presentes 17 constituintes, entre os quais Pimenta da Veiga (PMDB-MG), Saulo Queiroz (MS), Severo Gomes (PMDB-SP), Lúcio Alcântara (PFL-CE), Miro Teixeira (PMDB-RJ), Maurício Campos (PFL-MG), Euclides Scalco (PMDB-PR), Jaime Santana (PFL-MA), Antonio Brito (PMDB-RS) e José Jorge (PFL-PE).

## Constituição prejudica empresas e trabalhador

O projeto de nova Constituição, elaborado pelo relator da Constituinte, prejudica seriamente as pequenas e médias empresas e diversos categorias de trabalhadores, como os quatro milhões de pessoas que vivem do trabalho temporário regulado em lei e que a nova Carta quer proibir.

Outra proibição injustificável é a de acumulação de cargos públicos por juizes e médicos. O Artigo 86 permite apenas que o professor acumule. Fica assim eliminada a acumulação de juizes, que data de 1946, e a de médicos, aprovada em 1966 para um País que está longe de ter o número que precisa de profissionais de saúde.

Quanto às pequenas e médias empresas, o projeto do relator impõe ônus insuportáveis, que resultarão em maior desemprego, como a estabilidade de imediato, o pagamento de férias em dobro e a extensão da licença de gestante para 120 dias. Com esta última novidade, as mulheres sairão prejudicadas, pois os empregadores vão preferir contratar homens.

Por fim, outra inovação injustificável e prejudicial é a extinção de organismos como o Sesc, Senac, Sesi, Senal, todos passíveis de críticas mas que ajudam muito na assistência social e na formação de mão-de-obra especializada para o comércio e a indústria.

## ORÇAMENTO, O CAOS

A subseção III do anteprojeto, que trata da lei orçamentária, torna inviável a aprovação de um Orçamento da União daqui por diante. O Artigo 132 começa por rebatizar o orçamento, composta e desnecessariamente, de "lei de diretrizes orçamentárias". Em seguida determina que o projeto dessa lei será encaminhado ao Congresso Nacional "até oito meses e meio antes do exercício financeiro".

Isto quer dizer que o orçamento de 1988, por exemplo, já teria de estar no Congresso até 15 de abril do corrente ano. Dessa forma, o Governo

teria de preparar, com mais de um ano de antecedência, a sua previsão de receita e a fixação de sua despesa. Nem na Suíça isto seria possível, quanto mais no Brasil.

O absurdo não para aí. De posse desse orçamento, o Congresso tem apenas a metade de abril, maio e junho para aprovar e remetê-lo de volta ao Governo, pois o artigo manda que o projeto de lei de diretrizes orçamentárias seja devolvido para sanção "até o encerramento do primeiro período de sessão legislativa". Se o Congresso não aprová-lo no primeiro semestre, o Presidente da República fica autorizado a promulgá-lo como lei. E o decurso de prazo em caso nunca ainda visto.

E mais: os projetos de lei relativos aos orçamentos anual e trienal serão enviados ao Congresso para votação conjunta do Senado e da Câmara até quatro meses antes do início do exercício financeiro, ou seja, até 1º de setembro. Na prática, portanto, os parlamentares vão passar quase o ano inteiro discutindo orçamentos: no primeiro semestre, a "lei de diretrizes orçamentárias"; e no segundo, o orçamento anual e o trienal.

## TRABALHO TEMPORÁRIO

Um grande retrocesso vai ser dado na área social, se aprovada a Constituição como está no anteprojeto da Comissão de Sistematização: os quatro milhões de trabalhadores temporários, hoje amparados pela Lei 6.019, de 1974, vão simplesmente perder seus empregos e vínculos com a Previdência Social.

O primeiro é o Item XVIII, que pretende assegurar "gozo de 30 dias de férias anuais, com remuneração em dobro". Trata-se de novidade sem paralelo na maioria das Constituições e um peso do ônus para as pequenas e médias empresas, que são, no conjunto, o maior empregador de mão-de-obra no País.

Outra novidade nociva é a ampliação da licença da mulher gestante, de 90 dias atuais para 120 dias, isto é, um terço do ano. Há países da Europa que certamente dão muito mais, entretanto são países ricos, de elevada produtividade do trabalho. No Brasil, isto será um convite a que as empresas abram mão do trabalho feminino, restringindo o mercado para as mulheres, justamente na hora em que elas se afirmam nos mais diferentes campos da atividade humana.

DESEMPREGO

O mesmo Artigo 14, dos direitos sociais, introduz duas inovações aparentemente simpáticas e úteis ao trabalhador mas que, na prática, vai criar os maiores problemas nas relações de trabalho e, certamente, um aumento do desemprego, especialmente feminino.

O primeiro é o Item XVIII, que pretende assegurar "gozo de 30 dias de férias anuais, com remuneração em dobro". Trata-se de novidade sem paralelo na maioria das Constituições e um peso do ônus para as pequenas e médias empresas, que são, no conjunto, o maior empregador de mão-de-obra no País.

Outra novidade nociva é a ampliação da licença da mulher gestante, de 90 dias atuais para 120 dias, isto é, um terço do ano. Há países da Europa que certamente dão muito mais, entretanto são países ricos, de elevada produtividade do trabalho. No Brasil, isto será um convite a que as empresas abram mão do trabalho feminino, restringindo o mercado para as mulheres, justamente na hora em que elas se afirmam nos mais diferentes campos da atividade humana.

## LEONARDO MOTA

### A análise do Planalto

Para esse o quadro da análise montado ontem no gabinete do presidente Sarney, sobre o comício das diretas-88, na véspera:

1) O comício foi típico dos militantes do PT, tanto que Leonel Brizola deu um recado moderado, quando foi a sua vez de falar;

2) Preocupa o fato de o PMDB ter sido vaiado na figura de seus representantes, pois agora vão querer influir na convenção para que o partido deixe imediatamente de ser Governo, rompa com ele, e volte a ocupar as ruas.

Até então, os "bombeiros" do Planalto vão tentar apagar o fogo oposicionista dessa ala do PMDB. Para isso, terão 10 dias, e todo um governo para lotear. O presidente Sarney recusa terminantemente a análise de que o comício foi um fracasso, embora considere exagerado o número atribuído de participantes, de 10 mil.

### Os quatro quintos de Ronaldo

O ministro Ronaldo Costa Couto tem passado em média quatro quintos de seu dia pendurado ao telefone, articulando-se com governadores e parlamentares do bloco de sustentação do Presidente. O quinto final ele emprega junto a Sarney, despachando. O total dá 14 horas. Como o resultado do trabalho de Ronaldo é pouco conhecido, subentende-se que esteja operando à mineira: discretamente, e com eficiência.

### Leônidas não joga lenha

Um habitual interlocutor do presidente da República avisou-se com o ministro Leônidas Pires Gonçalves e foi logo perguntando:

— Ministro, o Senhor tem sabido que há gente querendo jogar lenha na fogueira?

— Sei. Mas comigo isso não pega.

### Na metáfora da conversação, a lenha significa dinheiro. Fogueira, golpe.

### Empreiteiras ajudam a esquerda

Não é segredo em algumas dependências do Palácio do Planalto que alguns dos nomes que subiram ao palanque do comício das diretas foram ajudados por empreiteiras de obras públicas na última eleição. O exemplo mais citado é o do deputado Fernando Lyra. É um belo projeto a ser apoiado.

### Golbery pede jato e vai a São Paulo

Como os médicos de Brasília não conseguiram detectar a origem do sangramento no aparelho digestivo do ex-ministro Golbery do Couto e Silva, seus amigos tomaram a decisão de levá-lo a São Paulo, ontem, no começo da tarde. Golbery pediu que o deputado Jofran Frejat fosse junto até o Hospital Sirio Libanês. O general passa bem, e seu estado não preocupa. Viajou no jatinho de seu velho amigo, o deputado Sérgio Naya.

Os cargos

Leitor dessa coluna, centrado (e sentado) no Planalto, reclama: não são 130 os cargos que o presidente Sarney pretende distribuir a quem lhe der apoio na convenção do PMDB, mas, precisamente, 186, no segundo e terceiro escalões. Dos 60 membros da esquerda do PMDB que participaram da manifestação anti-Sarney no último fim-de-semana, e desejosos de romper com o Governo, apurou-se que o grupo, com um todo, nomeou 1.300 pessoas para a área federal. Vai haver caneta, para nomear ou demitir, de acordo com o resultado da convenção.